



# Princípios e Fundamentos das Ciências da Saúde 3

VANESSA LIMA GONÇALVES TORRES  
(Organizadora)

 **Atena**  
Editora

Ano 2018

Vanessa Lima Gonçalves Torres  
(Organizadora)

# **Princípios e Fundamentos das Ciências da Saúde 3**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

#### Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P957 Princípios e fundamentos das ciências da saúde 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Vanessa Lima Gonçalves Torres. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Princípios e fundamentos das ciências da saúde; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-44-4

DOI10.22533/at.ed.444180110

1. Ciências da saúde. 2. Medicina. 3. Saúde. I. Torres, Vanessa Lima Gonçalves.

CDD 610

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A Organização mundial da Saúde define que saúde é um estado do completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças. Atualmente, diversas Campanhas Nacionais estão direcionadas ao atendimento integral deste conceito. Para isto, muitos profissionais são envolvidos: médicos, farmacêuticos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, enfermeiros, biólogos, biomédicos, educadores físicos. Com uma dinâmica muito grande, a área da saúde exige destes profissionais uma constante atualização de conhecimentos pois a cada ano surgem novas formas de diagnóstico, tratamentos, medicamentos, identificação de estruturas microscópicas e químicas entre outros elementos.

A obra “Princípios e Fundamentos das Ciências da Saúde” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, dividido em II volumes, com o objetivo de apresentar os novos conhecimentos, estudos e relatos nas áreas da Ciência e da Saúde, para os estudiosos e estudantes. Entre os capítulos a abrangência da área fica evidente quando sobre o mesmo assunto temos olhares diferentes por profissionais especializados, a interdisciplinariedade, a tecnologia e o desenvolvimento de técnicas. Os trabalhos apresentados conduzem o leitor a diferentes caminhos de conhecimentos, reflexões e atualização. Boa leitura e muitos conhecimentos!

Vanessa Lima Gonçalves Torres

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
AVALIAÇÃO DA PREVALÊNCIA DE ANEMIA FALCIFORME ATRAVÉS DE TRIAGEM NEONATAL NO MARANHÃO	
Andrea Karine de Araujo Santiago Rôlmerson Robson Filho Bento Berilo Lima Rodrigues Segundo Dyego Mondego Moraes Guilherme Bruzarca Tavares Luciano André Assunção Barros Raiza Ritiele da Silvia Fontes Robson Ruth Lima de Oliveira Vicente Galber Freitas Viana Raphael Aguiar Diogo Francisca Bruna Arruda Aragão	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
AVALIAÇÃO DA VIABILIDADE DE INSERÇÃO DE UM MAIOR NÚMERO DE MEDICAMENTOS FITOTERÁPICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO/RS	
Bruna Dutra Kelly Helena Kühn Leandro Nicolodi Francescato	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>27</b>
AVALIAÇÃO DO EFEITO ANTIOXIDANTE DO EXTRATO HIDROETANÓLICO DE <i>Luehea divaricata</i> Mart. EM UM MODELO DE OXIDAÇÃO INDUZIDOS POR PARAQUAT EM CÉREBRO DE RATOS	
Alisson Felipe de Oliveira Gabriela Bonfanti Azzolin Bruna Morgan da Silva Ronaldo dos Santos Machado Viviane Cecília Kessler Nunes Deuschle Josiane Woutheres Bortolotto	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>38</b>
INTOXICAÇÃO EXÓGENA POR PSICOFÁRMACOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	
Edina Carla Ogliari Robriane Prosdocimi Menegat Potiguara de Oliveira Paz	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>49</b>
ACOLHIMENTO EM UM PRONTO ATENDIMENTO HOSPITALAR, RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Carolina Renz Pretto Sabrina Azevedo Wagner Benetti Cátia Matte Dezordi Alcione Carla Meier Juliana Gonçalves Pires Eniva Miladi Fernandes Stumm	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>57</b>
ASPECTOS DA HABITAÇÃO COMO DETERMINANTES DE SAÚDE-DOENÇA	
Mariana Mendes	

Kethlin Carraro Momade  
Ana Lucia Lago  
Maria Assunta Busato  
Carla Rosane Paz Arruda Teo  
Junir Antonio Lutinski

**CAPÍTULO 7 .....68**

ESTUDO DAS CAUSAS DA NÃO ADESÃO DA DOSE DOMICILIAR PELOS PACIENTES HEMOFÍLICOS E PORTADORES DE DOENÇA DE VON WILLEBRAND ATENDIDOS NO HEMONÚCLEO REGIONAL DE FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ

Marlene Quinteiro dos Santos  
Zípora Morgana Quinteiro dos Santos  
Emyr Hiago Bellaver  
Tatiana Takahashi

**CAPÍTULO 8 .....84**

ATENÇÃO À SAÚDE DOS DISCENTES EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

Versiéri Oliveira de Almeida  
Sabrina Azevedo Wagner Benetti  
Carolina Renz Pretto  
Alcione Carla Meier  
Andrea Wander Bonamigo

**CAPÍTULO 9 .....93**

DESCARTE E MANUSEIO DE RESÍDUOS EM UM SERVIÇO DE ONCOLOGIA

Isamara Roseane da Costa  
Laura Renner Bandeira  
Pâmela Naíse Pasquetti  
Angélica Martini Cembranel Lorenzoni  
Adriane Cristina Bernart Kolankiewicz  
Marli Maria Loro

**CAPÍTULO 10 .....108**

DOENÇAS E RISCOS OCUPACIONAIS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM EM UMA UNIDADE DE ORTOPEDIA

Raimunda Santana Torres  
Ariadne Siqueira de Araújo Gordon  
Euzamar de Araújo Silva Santana  
Maria Aparecida Alves de Oliveira Serra  
Ismália Cassandra Costa Maia Dias

**CAPÍTULO 11 .....122**

CONHECIMENTO PRODUZIDO PELA ENFERMAGEM EM RELAÇÃO À SEGURANÇA DO PACIENTE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Amarilis Pagel Floriano da Silva  
Amanda Pillon Moreira  
Juliana Silveira Colomé

**CAPÍTULO 12 .....132**

INSERÇÃO DE ACADÊMICOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM NAS AÇÕES DO

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE)

Janaina Barbieri  
Andressa Ohse Sperling  
Adriana de Fátima Zuliani Lunkes  
Paola Elizama Caurio Rocha  
Neila Santini de Souza

**CAPÍTULO 13 ..... 141**

PENSAMENTO CRÍTICO A RESPEITO DA PERMANÊNCIA DOS PACIENTES EM SALA DE RECUPERAÇÃO PÓS-ANESTÉSICA

Andressa Peripolli Rodrigues  
Rita Fernanda Monteiro Fernandes  
Lucimara Sonaglio Rocha  
Margot Agathe Seiffert  
Neiva Claudete Brondani Machado  
Sandra Maria de Mello Cardoso

**CAPÍTULO 14 ..... 150**

HÁBITOS DE HIGIENE BUCAL DE IDOSOS ATENDIDOS EM SERVIÇO DE NEUROLOGIA

Amanda Mayra de Freitas Rosa  
Josué Junior Araújo Pierote  
Glauber Campos Vale

**CAPÍTULO 15 ..... 157**

HÁBITOS DE HIGIENE BUCAL E ACESSO A SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS POR ATLETAS DE UMA CAPITAL BRASILEIRA

Carolina Cobra de Moraes  
Josué Junior Araújo Pierote  
Jéssica Pinheiro Mota  
Larissa Campos Rodrigues Pinheiro  
Glauber Campos Vale  
Ana Cristina Vasconcelos Fialho

**CAPÍTULO 16 ..... 165**

PREVALÊNCIA DO USO DE PROTETORES BUCAIS E DE TRAUMATISMOS BUCOMAXILOFACIAIS EM ATLETAS DE UMA CAPITAL BRASILEIRA

Larissa Pivoto Ribeiro Pinto  
Josué Junior Araújo Pierote  
Jéssica Pinheiro Mota  
Larissa Campos Rodrigues Pinheiro  
Glauber Campos Vale  
Ana Cristina Vasconcelos Fialho

**CAPÍTULO 17 ..... 173**

PROMOÇÃO E PREVENÇÃO DA SAÚDE BUCAL EM PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS.

Henrique Torres Teixeira  
Priscila Regis Pedreira  
Josué Junior Araujo Pierote

<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>181</b>
DESENVOLVIMENTO FETAL E OBESIDADE INFANTIL: REVISÃO INTEGRATIVA	
Roselaine dos Santos Félix	
Cristiane Brito da Luz Chagas	
Heloisa Ataíde Isaia	
Viviane Ramos da Silva	
Luciane Najjar Smeha	
NadiescaTaisa Filippin	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>194</b>
ANÁLISE DA ADEQUAÇÃO DE RÓTULOS DE ALIMENTOS INFANTIS FRENTE A ROTULAGEM GERAL E NUTRICIONAL	
Jéssyca Alves da Silva	
Bárbara Melo Santos do Nascimento	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>203</b>
PERFIL DE CONSUMO ALIMENTAR DAS GESTANTES ADOLESCENTES DA REGIÃO SUL DO BRASIL NO PERÍODO DE 2008 A 2014	
Tatiana Honório Garcia	
Ana Rafaella de Padua Lima	
Carla Rosane Paz Arruda Teo	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>215</b>

## ATENÇÃO À SAÚDE DOS DISCENTES EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

### **Versiéri Oliveira de Almeida**

Universidade Federal de Ciências da Saúde de  
Porto Alegre – UFCSPA.  
Porto Alegre – RS.

### **Sabrina Azevedo Wagner Benetti**

Universidade Regional do Noroeste do Estado do  
Rio Grande do Sul - UNIJUÍ. Ijuí – RS.

### **Carolina Renz Pretto**

Universidade Regional do Noroeste do Estado do  
Rio Grande do Sul - UNIJUÍ. Ijuí – RS.

### **Alcione Carla Meier**

Universidade Regional do Noroeste do Estado do  
Rio Grande do Sul - UNIJUÍ. Ijuí – RS.

### **Andrea Wander Bonamigo**

Universidade Federal de Ciências da Saúde de  
Porto Alegre – UFCSPA.  
Porto Alegre – RS.

**RESUMO:** O Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil, estabelece as ações a serem desenvolvidas pelas Instituições Federais de Ensino Superior com a finalidade de garantir a ampliação do acesso e a permanência dos estudantes, este coloca a atenção à saúde como uma das ações prioritárias. O objetivo deste artigo é refletir sobre o fortalecimento da atenção à saúde dos discentes nas Instituições Federais de Ensino Superior, a partir de materiais publicados nacionalmente. Trata-se

de um estudo exploratório, qualitativo, do tipo revisão da literatura. Foram utilizados artigos científicos e documentos oficiais do Ministério da Saúde e Ministério da Educação. A busca dos artigos científicos foi realizada na Scientific Electronic Library, National Library of Medicine – Medline/Pubmed e Biblioteca Virtual em Saúde nos meses de março a maio de 2016, com as palavras-chaves “atenção à saúde”, “instituição de ensino superior” e “assistência estudantil”. A partir da leitura, exploração e análise emergiram três categorias analíticas: Categoria I - Evolução das políticas públicas na perspectiva de atenção à saúde; Categoria II - Importância das instituições de ensino na saúde dos discentes; e Categoria III - Limites e possibilidades da implementação das ações de saúde. Concluímos que a promoção da saúde tem grandes chances de crescer em Instituições Federais de Ensino Superior, porém, a implementação de políticas abrangentes como o Programa Nacional de Assistência Estudantil, requer a colaboração de diversos órgãos, tanto federais, estaduais e municipais, para a sua concretização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Atenção à Saúde. Educação Superior. Saúde do Estudante.

**ABSTRACT:** The Decree nº 7,234 of July 19, 2010 provides for the National Program of Student Assistance, establishes the actions to

be developed by the Federal Institutions of Higher Education, in order to ensure the expansion of the access and the permanence of the students, this puts health attention as one of the priority actions. The purpose of this article is to reflect on the strengthening of the health care of students in the Federal Institutions of Higher Education, from nationally published materials. This is an exploratory, qualitative, literature-type study. Scientific articles and official documents of the Ministry of Health and Ministry of Education were used. The search of the scientific articles was made in the Scientific Electronic Library, National Library of Medicine – Medline/Pubmed and Virtual Health Library between March and May of 2016 with the keywords “health care”, “institution of higher education” and “student assistance”. From the reading, exploration and analysis, three analytical categories emerged: Category I - Evolution of public policies in the perspective of health care; Category II - Importance of educational institutions in the health of students; and Category III - Limits and possibilities for the implementation of health actions. We conclude that health promotion has a great chance of growing in Federal Institutions of Higher Education however, the implementation of comprehensive policies, such as the National Program of Student Assistance, requires the collaboration of various agencies, both federal and state and municipal for its achievement.

**KEYWORDS:** Health Care. Education, Higher. Student Health.

## 1 | INTRODUÇÃO

As políticas de acesso e inclusão social promoveram a expansão das universidades brasileiras, e aumentaram as vagas no ensino superior nos últimos anos. Com o aumento das oportunidades de ingresso a permanência dos estudantes nessas instituições, passou a ser tema de grande relevância para o Estado e a sociedade como um todo. As referidas políticas têm o objetivo de tornar o ensino superior acessível a uma maior parcela da população, contribuir para que alunos com condições socioeconômicas desfavoráveis e distintas trajetórias educacionais sejam incorporadas a este nível de ensino (ASSIS, et al, 2013). Essa mudança requer a consolidação de programas desenvolvidos pelas universidades a fim de garantir a permanência dos discentes nesse meio. Nesse contexto, as Instituições Federais de Ensino Superior são chamadas a se reorganizar, para criar e difundir seus valores de forma a promover a melhoria da condição humana em suas múltiplas dimensões (PANÚNCIOPINTO; COLARES, 2015).

O Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que estabelece as ações a serem desenvolvidas pelas Instituições Federais de Ensino Superior, com finalidade de garantir a ampliação do acesso e a permanência dos estudantes, e coloca a atenção à saúde como uma das ações prioritárias para atingir este objetivo (BRASIL, 2010). O PNAES possui como proposta responder às demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com a perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento,

melhoria do desempenho acadêmico e qualidade de vida. Essas ações não podem se limitar ao combate à pobreza, por meio de programas que busquem apenas fornecer condições de subsistência, sem atentar para outras formas de vulnerabilidade social, ou seja, todas aquelas situações de risco a saúde e ao bem estar físico e psíquico (ASSIS, et al, 2013), por isso é necessário um olhar integral ao discente.

Assumir o compromisso integral com o discente, significa olhar além do processo ensino aprendizagem, reconhecer que este jovem passa por momentos de vulnerabilidade ao longo de sua formação, e as Instituições de Ensino Superior, tanto públicas quanto as privadas, devem estar preparadas para apoiá-lo e acolhê-lo. Percebe-se a importância de acolher as demandas do estudante universitário, a fim de desenvolver os programas que permitam uma abordagem de prevenção e promoção à saúde (PANÚNCIO-PINTO; COLARES, 2015). Portanto, as Instituições de Ensino Superior têm um papel importante como espaço de acesso a direitos, diálogo e conhecimento, à medida que contribuem na construção de valores e interferem na produção social de saúde. Essa temática recebeu maior ênfase após discussões no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE 2012, a partir do qual a saúde tornou-se prioridade e foi possível verificar a emergência da efetivação das ações de atenção à saúde no meio universitário.

Promover saúde no âmbito acadêmico implica proporcionar à essa população as condições necessárias para melhorar e exercer controle sobre sua saúde. Assim, as instituições de ensino constituem um espaço estratégico, importante para a promoção da saúde, com impacto na população em geral (MELLO; MOYSÉS; MOYSÉS, 2010). Dessa forma, é evidente a necessidade de se discutir, debater e materializar a questão da saúde nesse meio.

Neste interim, este artigo tem como objetivo refletir sobre o fortalecimento da atenção à saúde dos discentes nas Instituições Federais de Ensino Superior, prioridade da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) a partir de material publicado nacionalmente.

## 2 | METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório, qualitativo, do tipo revisão da literatura. Optou-se pela metodologia dos estudos exploratórios porque permite obter informações e conhecimentos com intuito de garantir a familiaridade do pesquisador com o ambiente, fato ou fenômeno e estimular pesquisas futuras (CASTILHO; BORGES; PEREIRA, 2014). A realização do estudo qualitativo do tipo revisão de literatura possibilita dar ênfase à qualidade, aos significados, ao conteúdo, fazer sínteses e conclusões a partir de conhecimentos já produzidos (LACERDA; COSTENARO, 2016).

Como fonte de informações foram utilizados artigos científicos e documentos oficiais do Ministério da Saúde e Ministério da Educação. Para seleção dos artigos

científicos foi realizada busca e seleção, nos meses de março a maio de 2016, na Scientific Eletronic Library, National Library of Medicine – Medline/Pubmed e Biblioteca Virtual em Saúde utilizando-se os descritores “atenção à saúde”, “instituição de ensino superior” e “assistência estudantil”. Foram incluídos os artigos com resumos disponíveis on-line; publicados nos últimos cinco anos; disponíveis nos idiomas inglês, espanhol ou português. Os critérios de exclusão foram: artigos cujos resumos não abordam o tema em questão; idiomas diversos dos requeridos e não estar disponível na íntegra. Após a busca foram encontrados 6 artigos que se adequavam aos critérios de inclusão.

A análise dos materiais selecionados, ocorreu em três etapas, conforme o proposto por Minayo (2007), no que se refere à análise temática: a) pré-análise (leitura flutuante, constituição do corpus e reformulação de objetivos) – escolha dos documentos para análise, exaustividade, representatividade e retomada da etapa exploratória (etapa anteriormente apresentada); b) exploração do material – atividade de classificação com objetivo de chegar ao núcleo de compreensão do texto e levantamento de categorias; c) tratamento dos resultados obtidos e interpretação – proposição de inferências e interpretações.

### 3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da leitura, exploração e análise emergiram três categorias analíticas: “evolução das políticas públicas na perspectiva de atenção à saúde”, “importância das instituições de ensino na saúde dos discentes” e “limites e possibilidades da implementação das ações de saúde”.

CATEGORIA I - Evolução das políticas públicas na perspectiva de atenção à saúde

A Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases (Lei. 9.394/96) e Plano Nacional de Educação (Lei. 13.005/2014) promoveram um avanço na educação como um direito social e o tornaram um compromisso legal. No entanto, na prática, o mesmo não é efetivado totalmente, devido às intenções políticas, condições econômicas e sociais. Nesta perspectiva, percebe-se a necessidade da democratização do ensino superior, voltada às ações de acesso à universidade pública gratuita, mecanismos de permanência e redução dos efeitos das desigualdades apresentadas pelos estudantes provenientes de segmentos sociais diferenciados (VASCONCELOS, 2010).

A implantação do PNAES representou um marco histórico na área da assistência estudantil, pois foram anos de reivindicações dos diversos movimentos sociais para que essa temática tivesse uma atenção especial (VASCONCELOS, 2010). Em 2008, o PNAES entrou em vigor, a partir da Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007, do Ministério da Educação (MEC), e em 2010, tal instrumento foi transformado no Decreto nº 7.234/2010. Esse programa busca fornecer subsídios para permanência

nos cursos de graduação de alunos de baixa renda, procura estabelecer uma ligação entre as atividades de ensino, pesquisa, extensão e apoio ao estudante, e visa contribuir para que haja um melhor desempenho acadêmico do aluno, e evitar repetência e evasão (BRASIL, 2010).

Definidos no primeiro parágrafo do Artigo 3º (Decreto nº 7.234/2010), o PNAES tem como eixos prioritários: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010). O Decreto ainda traz que será de responsabilidade das universidades federais definir os critérios e metodologia acerca do deferimento desses benefícios.

Através das deliberações do Fórum Nacional de Pró-Reitores em Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE, 2012), que trouxeram à saúde como essencial no meio universitário, as Universidades direcionaram um novo olhar a essa demanda. A abordagem da atenção à saúde em Instituições Federais de Ensino Superior tem o potencial de ampliar o bem-estar de estudantes, funcionários e comunidade em geral, em toda sua abrangência, pelas políticas e práticas empregadas. São nessas instituições que muitas pessoas vivenciam diferentes momentos de suas vidas, aprendem, trabalham, socializam e aproveitam seu tempo de lazer, e também utilizam serviços oferecidos (MELLO; MOYSÉS; MOYSÉS, 2010).

As Instituições de Ensino Superior formam estudantes que são ou serão profissionais e formuladores de políticas, têm potencial para influenciar as condições que afetam a qualidade de vida de pessoas, ampliam conhecimento e podem promover saúde de um vasto número de sujeitos que serão capacitados e educados em várias áreas de atuação (MELLO; MOYSÉS; MOYSÉS, 2010).

A análise dos artigos com enfoque ao PNAES, mostra o avanço da legislação ao longo do tempo, mas as conquistas da implementação e efetividade da educação como direitos sociais ainda encontram obstáculos, por diversas ordens externas. Percebe-se dessa forma, que se concentram esforços para que o processo de implantação do programa ocorra de forma eficiente, no entanto, a busca pelos resultados propostos por esta política deve ser prioridade com vistas a se firmar como uma política pública (VASCONCELOS, 2010).

#### CATEGORIA II - Importância das instituições de ensino na saúde dos discentes

A vida universitária compõe o ciclo vital de muitos brasileiros, que passam parte de sua vida nesse ambiente, média de quatro a seis anos, marcado por vivências individuais e coletivas que demandam responsabilização e sociabilidade. Momento de acontecimentos especiais da vida, como o distanciamento do núcleo familiar para realização do curso superior, conflitos, decisões, escolhas e posturas que definirão pontos importantes de sua trajetória de vida e que muitas vezes coincide com o início da fase adulta (ASSIS; OLIVEIRA, 2010). Dessa maneira, o contexto do ensino superior proporciona ao estudante uma série de desafios, tanto pessoais quanto

profissionais, que exige capacidades e habilidades talvez não utilizadas anteriormente, para conseguir se “encontrar”, e tomar as melhores decisões.

Assim, projetos de atenção à saúde trazem muitos benefícios, pois favorecem a valorização da imagem pública institucional, beneficiam a saúde local, regional e nacional, trazem melhorias dos projetos institucionais e pedagógicos, incluindo o aumento da qualidade de vida dos envolvidos, e condições de atividade e permanência das pessoas que ali trabalham, estudam, vivem e socializam (MELLO; MOYSÉS; MOYSÉS, 2010). Em termos acadêmicos, esses projetos têm potencial de reforçar as discussões sobre saúde em várias áreas acadêmicas, direcionar ações ampliadas, interdisciplinares, voltadas a busca de soluções de impacto sobre a qualidade de vida e o combate às desigualdades sociais e de saúde (MELLO; MOYSÉS; MOYSÉS, 2010).

Nesse sentido, o principal desafio é integrar a atenção à saúde nas políticas e práticas institucionais. Isto pode ser obtido por intermédio do desenvolvimento de políticas e planejamento sustentável na universidade, criação de ambientes saudáveis, oferecimento de suporte social e cuidados primários em saúde, facilidades para o desenvolvimento pessoal e social, encorajamento da ampliação do interesse acadêmico por promoção da saúde, e desenvolvimento de parcerias com a rede de saúde a fim de oferecer suporte em casos de maior complexidade (MELLO; MOYSÉS; MOYSÉS, 2010).

#### CATEGORIA III - Limites e possibilidades da implementação das ações de saúde

Dentre as forças restritivas, podem ser mencionadas as experiências tradicionais, autodenominadas como promotoras de saúde, que ainda são realizadas de modo tópico, isolado, com baixa sustentabilidade institucional, extremamente dependentes do voluntariado de poucos docentes com poder de vocalização e influência quase marginal na política pedagógica das Instituições Federais de Ensino Superior (MELLO; MOYSÉS; MOYSÉS, 2010).

Resistências culturais dentro das instituições, arraigadas há muitas décadas ao modelo cartesiano e positivista que induz à fragmentação, mecanização e disciplinarização. Além disso, a alta valorização ideológica de componentes assistencialistas e/ou clínicos curativos e baixo status quando conferido às práticas promocionais de saúde são fatores limitadores (MELLO; MOYSÉS; MOYSÉS, 2010). A atenção à saúde deve necessariamente ser diferenciada da “educação sanitária” convencional, no sentido estrito, para desfazer confusões conceituais frequentes, que geram reducionismos incompatíveis com o nível teórico já alcançado hoje, com o conceito ampliado de promoção da saúde.

Muitos dirigentes institucionais, docentes e discentes revelam desconhecimento sobre as reformas educacionais em curso no Brasil, sobretudo relativas aos novos projetos político pedagógicos, no que tange a questão da implantação de ações de atenção à saúde (MELLO; MOYSÉS; MOYSÉS, 2010). A saúde dos estudantes deve estar entre as prioridades das Instituições Federais de Ensino Superior. O desenvolvimento de ações como a criação de ambientes de trabalho, aprendizagem

e convivências saudáveis, proteção ao meio ambiente e promoção de práticas promotoras de saúde poderão influenciar nas condições de saúde e qualidade de vida de outras pessoas (FREIRE, et al, 2012).

Outro fator que mostra mais a necessidade de uma atenção cuidadosa em relação a saúde dos discentes, são os resultados obtidos no III Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior realizado em 2010, sobre Saúde (Física e Mental). O estudo evidencia que 41,7% dos estudantes utilizam a rede pública de saúde, 32,4% dos estudantes não praticam nenhuma atividade física, 47,7% relataram ter vivenciado crise emocional nos últimos doze meses e consumo de substâncias psicoativas, 14% declararam fazer uso frequente de álcool, 14% tabaco e 6% drogas ilícitas, e 29% dos estudantes relataram já ter buscado atendimento psicológico (ANDIFES, 2011). Além disso, existem diversos trabalhos sobre fatores de risco à saúde de estudantes universitários, que apontam como questões relevantes, atividade física, aspectos nutricionais, saúde bucal, controle do tabagismo e consumo de drogas, cujo impacto no desempenho das funções diárias pode influenciar negativamente o rendimento acadêmico (FREIRE, et al, 2012).

Para muitos estudantes, pode ser esta a primeira vez que vivem longe dos pais, seus lares e iniciam um convívio social, o que pode causar dúvidas, confusões e ansiedades. A literatura mostra que a ausência de suporte social e emocional para estudantes universitários pode levar à experiência de solidão social e emocional (SANTOS, et al, 2014). Os exageros em assistir televisão, leitura, uso de internet, atividades sociais, festas e consumo de bebidas alcoólicas e outras drogas podem sinalizar um estado de solidão e também ser estratégias adaptativas para sobrepujar esta experiência não prazerosa e estressante (SANTOS, et al, 2014).

Investigações sobre as implicações que o ambiente institucional tem sobre a saúde dos estudantes, são raras na literatura científica brasileira, mas acredita-se que a permanência deles nesses espaços podem interferir em vários aspectos de sua saúde (GARRIDO, 2014).

#### **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A promoção da saúde tem grandes chances de crescer em Instituições Federais de Ensino Superior. Por mais que, os profissionais em sua formação nem sempre foram preparados para atuar com os conceitos e práticas de promoção da saúde para atuar em instituições de ensino, eles podem evoluir nessa temática e realizar um importante trabalho que trará reflexos futuros para a sociedade e proporcionará ao discentes, maior qualidade de vida.

Porém, a implementação de políticas abrangentes como o PNAES, requer a colaboração de diversos órgãos tanto federais, estaduais e municipais, para a sua concretização. A ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, a partir

do aumento do quadro de docentes e técnicos, infraestrutura, novas tecnologias pedagógicas, planejamento e gestão darão suporte às ações propostas nesta política e efetivarão as ações de atenção à saúde.

## REFERÊNCIAS

- ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Brasília - 2011.
- ASSIS, Aislan Diego de; OLIVEIRA, Alice Guimarães Bottaro de. **Vida Universitária e Saúde Mental: Atendimento às demandas de saúde e saúde mental de estudantes de uma universidade brasileira**. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, v. 2, n.4-5, p.159 – 177. Florianópolis, 2010.
- ASSIS, Anna Carolina Lili de, et al. **As Políticas de Assistência Estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras**. Revista GUAL, v. 6, n. 4, p. 125-146, Edição Especial. Florianópolis, 2013.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Congresso Nacional, Brasília: 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 16 fev. 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto Nº7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Congresso Nacional, Brasília: 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)>. Acesso em: 16 fev. 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Nº9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Congresso Nacional, Brasília, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm)>. Acesso em: 18 fev. 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Congresso Nacional, Brasília, 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>. Acesso em: 18 fev. 2016.
- CASTILHO, Ariluce Pereira; BORGES, Nara Rubia Martins; PEREIRA, Vânia Tanús. **Manual de metodologia científica do ILES Itumbiara/GO** / – Itumbiara: ILES/ULBRA, 2014. 148 p., il.
- FREIRE, Maria do Carmo Matias, et al. **Condição de saúde bucal, comportamentos, auto percepção e impactos associados em estudantes universitários moradores de residências estudantis**. Revista de Odontologia da UNESP; v.41, n.3, p. 185-191, 2012.
- GARRIDO, Edleusa Nery. **Viver em moradia estudantil: implicações na saúde de seus moradores**. Revista Científica Vozes dos Vales, UFVJM, MG/ Brasil, n.06. Ano III – Out/2014.
- LACERDA, Maria Ribeiro; COSTENARO, Regina Gema Santini. **Metodologias de pesquisa para a enfermagem e saúde: da teoria à prática**. Porto Alegre: Moriá, 2016. 511 p., il.
- MELLO, Ana Lúcia Schaefer Ferreira de; MOYSÉS, Simone Tetu; MOYSÉS, Samuel Jorge. **A universidade promotora de saúde e as mudanças na formação profissional**. Interface (Botucatu), vol.14, n.34, Botucatu, jul./set. 2010.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; RIBEIRO, Adalgisa Peixoto. **Condições de saúde dos presos do**

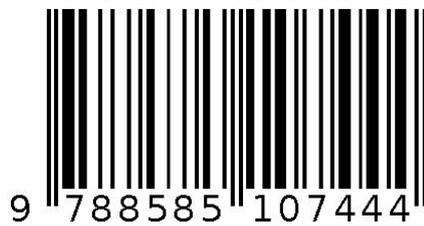
estado do Rio de Janeiro, Brasil - Ciência & Saúde Coletiva, v.21, n.7, p.2031- 2040, 2016.

PANÚNCIO-PINTO, Maria Paula; COLARES, Maria de Fátima Aveiro. **O estudante universitário: os desafios de uma educação integral.** Simpósio: Tópicos avançados para a formação e o desenvolvimento docente para professores dos cursos da área da saúde. Capítulo IX. Medicina; v.48, n.3, p.273-81, Ribeirão Preto, 2015.

SANTOS, Jefferson Jovelino Amaral dos, et al. **Estilo de vida relacionado à saúde de estudantes universitários: comparação entre ingressantes e concluintes.** Arquivos Brasileiros de Ciências da Saúde Health Science. v.39, n.1, p.17-23, 2014.

VASCONCELOS, Natalia Batista. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil.** Revista da Católica, v. 2, n. 3, p. 399-411, Uberlândia, 2010.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-85107-44-4



9 788585 107444